



ENTRE BARREIRAS E ACOLHIMENTO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES MIGRANTES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

BETWEEN BARRIERS AND ACCEPTANCE: CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF STUDENT ASSISTANCE FOR MIGRANT STUDENTS IN BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES

DOI: 10.5281/zenodo.18189191



Juliana Silva¹

Sara de Souza Arlindo²

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisa criticamente as políticas de assistência estudantil voltadas aos estudantes migrantes nas universidades públicas brasileiras, com foco na garantia da permanência qualificada no ensino superior. O estudo parte da constatação de que, embora o direito à educação seja assegurado pela Constituição Federal de 1988, persistem barreiras institucionais, econômicas, culturais e simbólicas que dificultam o percurso acadêmico dos migrantes. Por meio de uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica recente (2020-2025), a pesquisa identifica avanços e lacunas na implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e examina como as ações universitárias vêm (ou não) respondendo às especificidades desse público. Os resultados apontam que a ausência de diretrizes nacionais padronizadas, o subfinanciamento das políticas de permanência e a falta de formação intercultural de servidores e docentes contribuem para a invisibilidade dos estudantes migrantes e a reprodução de desigualdades. O trabalho também evidencia o papel estratégico do Serviço Social universitário na mediação de direitos, na promoção de acolhimento humanizado e na articulação de políticas intersetoriais que integrem educação, assistência, cultura e saúde mental. Conclui-se que o fortalecimento da assistência estudantil, aliado a práticas institucionais

1 Universidade Federal de Viçosa – MG.

2 Universidade Federal de Viçosa – MG.





antidiscriminatórias e ao reconhecimento da migração como dimensão da diversidade acadêmica, é fundamental para consolidar uma universidade democrática, plural e comprometida com a justiça social..

Palavras-chave: assistência estudantil; migração; permanência universitária; Serviço Social; inclusão educacional.

ABSTRACT

This undergraduate thesis critically analyzes student assistance policies for migrant students in Brazilian public universities, focusing on ensuring qualified permanence in higher education. Although the 1988 Federal Constitution guarantees the right to education, institutional, economic, cultural, and symbolic barriers still hinder migrants' academic trajectories. Using a qualitative approach and a systematic literature review (2020–2025), the study identifies advances and shortcomings in the implementation of the National Student Assistance Program (PNAES) and examines how universities have addressed (or failed to address) the specific needs of migrant students. Results reveal that the lack of standardized national guidelines, underfunding of permanence programs, and insufficient intercultural training among staff and faculty perpetuate inequality and invisibility. The research also highlights the strategic role of university social work in promoting inclusive practices, defending rights, and coordinating intersectoral policies that integrate education, welfare, culture, and mental health. It concludes that strengthening student assistance—together with anti-discriminatory practices and recognition of migration as part of academic diversity—is crucial for building a democratic and socially just university.

Keywords: student assistance; migration; university permanence; Social Work; educational inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A migração em busca de oportunidades educacionais é um fenômeno cada vez mais expressivo no Brasil, tanto no contexto interno, impulsionado pelas desigualdades regionais, quanto no cenário internacional, marcado pelos fluxos de estudantes estrangeiros. A universidade pública brasileira, enquanto espaço de formação cidadã e promoção da equidade, é desafiada a desenvolver políticas de acolhimento e assistência que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência qualificada e o êxito acadêmico desses sujeitos (Custódio et al., 2023).





O direito à educação, previsto como direito social fundamental pela Constituição Federal de 1988 (artigos 205 e 206), reforça a responsabilidade do Estado e das instituições públicas na garantia de condições equitativas de acesso e permanência (Brasil, 1988). Entretanto, a realidade dos estudantes migrantes revela a persistência de barreiras institucionais, econômicas e culturais que dificultam a efetivação desse direito. Exigências documentais excessivas, ausência de políticas efetivas de acolhimento, discriminação linguística e carência de suporte psicossocial compõem um quadro de vulnerabilidade que impacta diretamente o percurso acadêmico e o bem-estar desses indivíduos (Oliveira et al., 2024).

Nesse cenário, a política de assistência estudantil ganha papel estratégico na democratização do ensino superior. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, constitui o principal instrumento de suporte à permanência dos estudantes estrangeiros, mas sua implementação ainda é marcada por desigualdades regionais e ausência de diretrizes voltadas às demandas específicas dos estudantes migrantes (Julião, Pereira & Ferreira, 2022). Assim, compreender o alcance, as limitações e as possibilidades dessa política são fundamentais para repensar a universidade pública como espaço efetivamente inclusivo, plural e comprometido com a justiça social (Santos & Freire, 2022).

O presente trabalho propõe analisar de forma crítica a política de assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras, com foco na permanência qualificada dos estudantes migrantes. Busca-se identificar as lacunas existentes, os avanços recentes e o papel do Serviço Social universitário como mediador de direitos e promotor de práticas humanizadas de acolhimento. A escolha do tema justifica-se pela relevância social e acadêmica de compreender como as políticas de assistência podem contribuir para a inclusão educacional de sujeitos marcados por trajetórias de mobilidade, diversidade cultural e vulnerabilidade socioeconômica (Costa et al., 2023).

Além disso, o estudo parte do compromisso ético-político do Serviço Social com a defesa intransigente dos direitos humanos, conforme orienta o Código de Ética Profissional





(CFESS, 2020), reafirmando o papel do assistente social como agente de transformação social e de promoção da equidade educacional (Iamamoto, 2008).

Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a necessidade de políticas públicas intersetoriais e sensíveis à realidade migratória no âmbito universitário, reafirmando a educação como direito universal e pilar de uma sociedade democrática e justa (Sayad, 1998).

1.1 Problema de Pesquisa

Apesar dos avanços normativos e programáticos em torno do direito à educação, estudantes migrantes ainda enfrentam múltiplas barreiras para acessar e permanecer no ensino superior brasileiro. Embora a Constituição Federal de 1988 assegure a educação como direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1988), as condições concretas de permanência revelam desigualdades estruturais e culturais que comprometem a efetivação desse direito.

As universidades públicas brasileiras, em sua maioria, não dispõem de políticas estruturadas de acolhimento e permanência dos estudantes estrangeiros, que contemplem necessidades específicas, como suporte linguístico, moradia estudantil, segurança alimentar, atendimento psicossocial e combate à discriminação cultural (Cerqueira-Adão & Fleck, 2022). Essas lacunas evidenciam a persistência de um modelo de assistência centrado em critérios socioeconômicos tradicionais, que desconsidera a diversidade de trajetórias e as barreiras simbólicas enfrentadas por estudantes migrantes (Góis & Marques, 2016). Além disso, o subfinanciamento das políticas de permanência e a sobrecarga dos profissionais que atuam nos setores de assistência estudantil contribuem para a fragmentação das ações e a falta de continuidade programática (Julião, Pereira & Ferreira, 2022).

A ausência de articulação intersetorial entre as políticas de assistência estudantil, relações internacionais e extensão universitária agrava o cenário de invisibilidade institucional. Pesquisas recentes destacam que os estudantes migrantes, especialmente aqueles vindos de países latino-americanos e africanos lusófonos, continuam a depender de redes





informais de solidariedade e de iniciativas isoladas para garantir sua permanência acadêmica (Costa et al., 2023). Essa condição demonstra que a vulnerabilidade migratória transcende o aspecto material, envolvendo também dimensões culturais, afetivas e identitárias, frequentemente negligenciadas nas políticas públicas educacionais (Viegas & Domingues, 2024).

Diante desse contexto, a questão central que orienta a presente pesquisa é: em que medida as políticas de assistência estudantil implementadas nas universidades públicas brasileiras têm sido eficazes para atender às necessidades dos estudantes migrantes e garantir sua permanência qualificada no ensino superior?. Responder a essa questão implica analisar a capacidade das universidades de reconhecer a diversidade migratória como componente legítimo da política de inclusão e de consolidar práticas institucionais baseadas na equidade, na interculturalidade e na justiça social (Ferreira, 2022).

1.2 Justificativa

A crescente mobilidade urbana, intensificada por crises políticas, econômicas e ambientais, tem redefinido os fluxos migratórios globais e o perfil dos estudantes que chegam às universidades brasileiras. O país tem se consolidado como destino educacional, especialmente para jovens latino-americanos e africanos lusófonos. Contudo, essa presença diversificada exige uma revisão das políticas educacionais e das práticas institucionais, de modo a assegurar igualdade de condições e respeito à diversidade cultural, social e linguística.

Embora o direito à educação seja amplamente reconhecido, a efetivação desse direito para estudantes migrantes encontra entraves como a burocracia documental, o desconhecimento das políticas institucionais, o racismo estrutural e a falta de suporte pedagógico e emocional. Tais fatores evidenciam a distância entre os princípios constitucionais de equidade e a realidade vivida por esses sujeitos.

Nesse contexto, a política de assistência estudantil se apresenta como uma ferramenta de justiça social e democratização do ensino superior. Entretanto, a ausência de um enfoque





específico sobre migração limita seu potencial transformador. Pesquisas recentes (Iorio, 2018; Abreu, 2020; Costa et al., 2023; Oliveira et al., 2024) evidenciam que estudantes migrantes permanecem à margem das políticas de permanência e são frequentemente invisibilizados nos dados institucionais.

O presente estudo justifica-se, portanto, pela necessidade de refletir criticamente sobre a capacidade das universidades públicas em acolher e sustentar trajetórias acadêmicas de migrantes, propondo caminhos para o fortalecimento das políticas de permanência e para a atuação intersetorial entre assistência estudantil, relações internacionais e extensão universitária.

O interesse por este tema surgiu a partir da observação direta, durante o percurso acadêmico, de situações concretas vivenciadas por colegas migrantes no ambiente universitário. Episódios de invisibilidade institucional, dificuldades no acesso à assistência estudantil e ausência de políticas de acolhimento culturalmente sensíveis despertaram questionamentos sobre as reais condições de permanência desse público no ensino superior. O contato cotidiano com essas realidades revelou a lacuna existente entre os discursos institucionais de inclusão e as práticas efetivas de acolhimento, instigando a necessidade de aprofundar a reflexão sobre a eficácia das políticas públicas voltadas aos estudantes migrantes. Assim, a escolha do tema foi motivada tanto pelo compromisso ético com a equidade quanto pela vivência empírica de desigualdades que demandam visibilidade e transformação.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as políticas de assistência destinadas aos estudantes migrantes nas universidades públicas brasileiras, identificando avanços, limitações e possibilidades de aprimoramento.





1.3.2 Objetivos Específicos

- 1) Identificar os principais instrumentos e programas de assistência estudantil com potencial de atender às demandas da população migrante;
- 2) Investigar, a partir da percepção de dirigentes e técnicos, as dificuldades enfrentadas por estudantes migrantes no acesso e permanência no ensino superior;
- 3) Analisar o papel do Serviço Social universitário na construção de práticas inclusivas de acolhimento a estudantes migrantes; e,
- 4) Propor recomendações para o fortalecimento de políticas de assistência estudantil sensíveis à diversidade e à interculturalidade.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítica, fundamentada em uma revisão bibliográfica sistemática. Essa escolha metodológica busca compreender os fenômenos em sua complexidade e multidimensionalidade, reconhecendo que as políticas públicas e as experiências sociais são construções históricas e sociais atravessadas por múltiplos fatores (Minayo, 2012; Flick, 2009; Deslauriers, 2008).

A abordagem qualitativa permitiu apreender as relações entre as políticas de assistência estudantil, as práticas institucionais e as vivências dos estudantes migrantes, considerando os significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos e pelos agentes institucionais envolvidos. Segundo Denzin e Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa possibilita compreender os fenômenos sociais em contextos concretos, valorizando as experiências e perspectivas dos atores sociais. A natureza exploratória da investigação justifica-se pela relativa escassez de estudos que enfoquem especificamente as políticas de assistência voltadas a estudantes





migrantes em universidades públicas brasileiras, o que requer um mapeamento inicial e interpretativo das produções existentes e das práticas em curso (Gil, 2008).

A revisão bibliográfica sistemática constituiu o eixo central da coleta de dados. Foram consultadas as bases SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES e o Repositório Institucional da Universidade Federal de Viçosa (UFV), abrangendo o período de 2020 a 2025, com o intuito de privilegiar produções recentes e alinhadas ao contexto pós-pandemia, momento em que emergiram novas discussões sobre internacionalização, mobilidade estudantil e inclusão social nas universidades (Santos & Almeida Filho, 2021; Lima & Contel, 2011).

Foram utilizados os seguintes descritores: *assistência estudantil, migração, educação superior, políticas públicas, serviço social universitário, direito à educação, refugiados, inclusão educacional e permanência universitária*. Os critérios de inclusão contemplaram publicações com relevância científica, relação direta com a temática e aderência ao escopo analítico da pesquisa, priorizando artigos, dissertações, teses e documentos técnicos de órgãos públicos. Já os critérios de exclusão eliminaram textos sem autoria identificada, materiais fora do recorte temporal definido, produções que não abordavam a relação entre migração e assistência estudantil e publicações sem caráter científico, como artigos de opinião, resenhas ou textos jornalísticos.

O material bibliográfico selecionado foi submetido à análise temática conforme a metodologia proposta por Minayo (2012), que consiste na identificação, categorização e interpretação de núcleos de sentido recorrentes nos textos analisados. A partir desse processo, emergiram quatro eixos centrais de análise:

- a) barreiras institucionais e culturais, relacionadas às dificuldades de acesso e permanência enfrentadas por estudantes migrantes;
- b) práticas de acolhimento e inclusão, que envolvem ações afirmativas, programas de apoio psicossocial e estratégias institucionais de adaptação;
- c) atuação do Serviço Social universitário, com foco na mediação de direitos, na escuta qualificada e na formulação de respostas institucionais; e





d) intersectorialidade e políticas de permanência, que articulam educação, assistência social e relações internacionais.

Esses eixos foram escolhidos com base na recorrência temática identificada durante a revisão bibliográfica e na análise preliminar dos dados coletados, permitindo organizar os achados em categorias que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa. Tal recorte possibilita uma leitura crítica e aprofundada das interações entre práticas institucionais, políticas públicas e vivências dos sujeitos migrantes, além de evidenciar as potencialidades e fragilidades da assistência estudantil no contexto universitário.

A análise articulou os referenciais teóricos contemporâneos sobre migração, educação e assistência estudantil (Sayad, 1998; Baeninger, 2018; Lima & Maranhão, 2009; Silva & Cavalcante, 2020) com dados institucionais obtidos junto à Diretoria de Relações Internacionais da UFV, possibilitando a integração entre dimensões empíricas e conceituais. Essa triangulação entre fontes secundárias e dados institucionais reforça a validade interna da pesquisa e contribui para uma compreensão abrangente do fenômeno (Yin, 2015).

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa também utilizou entrevistas semiestruturadas como instrumento complementar de coleta de dados, com o objetivo de captar a percepção de gestores e técnicos universitários envolvidos nas políticas de assistência estudantil e relações internacionais. As entrevistas foram conduzidas com representantes da Diretoria de Relações Internacionais e da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa, selecionados por sua atuação direta com o público migrante. Essa etapa permitiu a construção de um panorama institucional mais aprofundado sobre as práticas de acolhimento e os desafios enfrentados no atendimento a estudantes migrantes. Os dados provenientes das entrevistas foram integrados à análise temática, contribuindo para a triangulação das fontes e para o fortalecimento da validade da pesquisa.

Por fim, a interpretação dos resultados foi orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social, que fundamenta a defesa dos direitos humanos, a universalidade do acesso e a equidade nas políticas educacionais (CFESS, 2020; Iamamoto, 2008; Netto, 2011). Essa perspectiva crítica e comprometida com a justiça social permitiu discutir as contradições e





potencialidades das políticas de assistência estudantil no enfrentamento das desigualdades que afetam os estudantes migrantes nas universidades públicas brasileiras.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho fundamenta-se nas interfaces entre migração, direito à educação e políticas de assistência estudantil no ensino superior brasileiro. A análise adota uma perspectiva crítica e interdisciplinar, articulando as dimensões sociais, culturais e institucionais que perpassam a experiência dos estudantes migrantes, bem como o papel do Serviço Social na efetivação dos direitos educacionais.

3.1 A migração e o direito à educação no Brasil

A mobilidade humana, nas suas múltiplas expressões, tornou-se um dos fenômenos mais marcantes do século XXI. No contexto brasileiro, a migração interna, resultante das desigualdades regionais, e a migração internacional, impulsionada por crises humanitárias, conflitos e processos de globalização, têm configurado novas dinâmicas educacionais. A busca por oportunidades formativas e científicas tem conduzido milhares de estudantes, tanto brasileiros quanto estrangeiros, às universidades públicas do país (Iorio; Fonseca, 2017; Custódio et al., 2023).

A Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205), destacando a igualdade de condições para acesso e permanência (art. 206). No entanto, a efetivação desse direito para estudantes migrantes enfrenta desafios estruturais, entre eles a burocratização excessiva, a ausência de diretrizes nacionais específicas e a carência de recursos destinados à permanência qualificada desses estudantes (Azevedo; Amaral, 2022).

Como afirmam Góis e Marques (2016), as universidades públicas brasileiras ainda reproduzem barreiras simbólicas e institucionais que dificultam o acolhimento de migrantes,





refletindo a ausência de uma política pública de educação inclusiva e intercultural. Obstáculos documentais, ausência de programas de apoio linguístico, falta de reconhecimento de trajetórias educacionais e práticas discriminatórias configuram-se como expressões de um racismo estrutural que atravessa o campo educacional. Além disso, a exclusão simbólica, manifestada em atitudes discriminatórias, reforça a marginalização desses estudantes, limitando sua permanência acadêmica e reproduzindo desigualdades históricas. Abreu (2020) complementa essa análise ao destacar a importância de políticas que não se restrinjam ao ingresso, mas contemplem ações intersetoriais envolvendo assistência estudantil, apoio pedagógico, políticas linguísticas e medidas antidiscriminatórias.

Como observam Bruel, Rigoni e Armagnague (2021), os fluxos migratórios, sejam internos, motivados por desigualdades regionais, ou internacionais, decorrentes de conflitos, crises ou busca por melhores condições, impactam diretamente o campo educacional. O Brasil, enquanto país de recepção, especialmente de migrantes do Sul Global, como os venezuelanos, é desafiado a garantir o direito à educação a sujeitos com histórias, trajetórias e culturas diversas. A construção de políticas públicas que respeitem essas especificidades é, portanto, essencial para assegurar a equidade no sistema educacional. A legislação educacional, como a Resolução CNE nº 1/2020 (Brasil, 2020), reforça esse compromisso ao prever diretrizes para a inclusão de estudantes migrantes e refugiados nas instituições de ensino.

Contudo, ainda que haja avanços legais, observa-se um descompasso entre o que é normatizado e o que é efetivamente implementado. Na prática, a inclusão educacional de crianças e jovens migrantes limita-se, muitas vezes, à matrícula, sem que haja o suporte institucional necessário para a permanência e a aprendizagem efetiva. A responsabilização excessiva das escolas, desprovidas de apoio técnico e financeiro adequado, escancara a fragilidade estrutural das políticas educacionais voltadas a esse público. Dessa forma, o princípio constitucional da igualdade de acesso e permanência fica comprometido, tornando urgente a superação dessas limitações (Azevedo; Amaral, 2022).





Viegas e Domingues (2024) ressaltam que o direito à educação no contexto migratório não se limita à matrícula, mas exige políticas amplas de inclusão, apoio psicossocial, ensino de português como língua adicional e formação docente para o enfrentamento de preconceitos. A experiência de Dourados (MS), citada pelos autores, mostra que a articulação entre universidades, secretarias de educação e redes de proteção social pode promover um acolhimento efetivo e sensível à diversidade.

Assim, compreender a migração sob a ótica do direito à educação implica reconhecer que a permanência estudantil não é apenas uma questão material, mas envolve também dimensões simbólicas, afetivas e culturais. A universidade deve, portanto, consolidar-se como espaço de cidadania global, no qual o diálogo intercultural e o respeito às diferenças sejam princípios estruturantes de suas políticas.

3.2 A política de assistência estudantil no ensino superior

A ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente a partir da década de 2000, foi fortemente impulsionada por políticas públicas de caráter afirmativo e redistributivo, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). O Prouni, instituído pela Lei nº 11.096/2005, oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, com foco em estudantes de baixa renda oriundos da rede pública. Já o SISU, criado pelo Ministério da Educação, permite o ingresso em universidades públicas com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ampliando a mobilidade acadêmica e a ocupação de vagas de forma mais democrática.

A Lei de Cotas, por sua vez, representa um marco na promoção da equidade racial, étnica e social, ao reservar vagas em universidades federais para estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, egressos da rede pública. Essas iniciativas contribuíram para a diversificação do perfil discente nas instituições de ensino superior, mas não eliminaram as barreiras à permanência dos grupos historicamente





excluídos, como os estudantes migrantes. De fato, embora o ingresso tenha sido facilitado, a ausência de políticas robustas de assistência estudantil voltadas às especificidades desse público ainda limita sua trajetória acadêmica e evidencia a necessidade de articulação entre acesso e permanência no campo das políticas educacionais inclusivas.

A ausência de políticas eficazes de permanência impacta diretamente a trajetória dos estudantes, especialmente daqueles que migram, afastando-se de suas redes de apoio familiar e territorial. Iorio (2018) observa que, embora a mobilidade estudantil esteja fortemente ligada à busca por qualificação acadêmica, a precariedade das ações de assistência pode restringir ou até inviabilizar essa experiência. Por isso, é imprescindível que as instituições de ensino superior garantam suporte efetivo, por meio de auxílios como bolsas permanência, moradia, transporte, alimentação e acompanhamento psicopedagógico. Sem esses recursos, o acesso à universidade pode se transformar em mais uma forma de exclusão, perpetuando desigualdades estruturais e regionais.

Nesse contexto, a política de assistência estudantil surge como um dos pilares da democratização do ensino superior. Instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) objetiva reduzir as desigualdades sociais e regionais, viabilizando condições de permanência a estudantes em vulnerabilidade. O programa contempla áreas como moradia, alimentação, transporte, saúde, cultura e inclusão digital (Abreu, 2020).

No entanto, o PNAES carece de padronização nacional e sofre com a instabilidade de financiamento, o que compromete a efetividade de suas ações (Julião et al., 2022). Além disso, o programa não incorpora um enfoque específico sobre as demandas dos estudantes migrantes, tratando a vulnerabilidade de forma genérica. Isso reforça a invisibilidade dessa população e limita o potencial emancipatório da política (Abreu, 2020).

Para Góis e Marques (2016), é fundamental compreender a assistência estudantil como política de justiça social e não como instrumento compensatório. Essa concepção exige abordagens interseccionais que reconheçam as múltiplas dimensões da exclusão — econômica, étnico-racial, cultural e territorial. O reconhecimento da diversidade discente





implica repensar o conceito de vulnerabilidade, incorporando critérios como migração, pertencimento étnico e barreiras linguísticas.

A efetividade da assistência estudantil também depende da atuação integrada entre as pró-reitorias de ensino, extensão e pesquisa, das diretrizes de internacionalização e dos programas de relações internacionais. A articulação intersetorial é condição necessária para a consolidação de políticas de permanência que transcendam o auxílio financeiro e promovam o pertencimento acadêmico e social dos estudantes migrantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão apresentados em Principais instrumentos e programas de assistência estudantil; dificuldades enfrentadas por estudantes migrantes no acesso e permanência no ensino superior: a percepção dos dirigentes; o papel estratégico do Serviço Social universitário; e, recomendações para o fortalecimento de políticas de assistência estudantil sensíveis à diversidade e à interculturalidade.

4.1 Principais instrumentos e programas de assistência estudantil

As universidades públicas brasileiras contam com diferentes instrumentos voltados à permanência estudantil, mas poucos contemplam explicitamente o público migrante. Além do PNAES (Brasil, 2010), destacam-se o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (Brasil, 2024), a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR, 2023) e os programas institucionais de mobilidade acadêmica. Esses mecanismos, embora relevantes, apresentam limitações de alcance, continuidade e articulação.

Estudos de Cardoso et al. (2021) e Peres et al. (2022) indicam que os migrantes enfrentam obstáculos específicos, como ausência de moradia estudantil, restrições para acessar bolsas de permanência e dificuldade em regularizar documentos básicos como o CPF e o Registro Nacional Migratório (RNM). Além disso, a falta de políticas de comunicação





intercultural e de capacitação de servidores contribui para o sentimento de isolamento e de não pertencimento.

Apesar do aumento da presença de estudantes migrantes nas universidades, Abreu (2020) alerta para a invisibilidade desse público nas políticas institucionais. A ausência de diretrizes específicas, aliada à precariedade no oferecimento de apoio psicossocial e à falta de estratégias de comunicação intercultural, compromete a inclusão plena desses estudantes. Essa lacuna evidencia a necessidade de articular políticas de assistência estudantil com diretrizes de internacionalização do ensino superior, de modo a evitar que a mobilidade acadêmica reproduza desigualdades estruturais. Mesmo em países com histórico de recepção, como Portugal, as instituições ainda concentram esforços em aspectos burocráticos e negligenciam a promoção do bem-estar e do pertencimento acadêmico, como apontam Góis e Marques, 2016).

No Brasil, embora políticas como o SISU tenham ampliado a mobilidade estudantil e o acesso ao ensino superior, a permanência e o sucesso acadêmico dos migrantes ainda dependem de redes informais de apoio (Cardoso *et al.*, 2021). A ausência de uma política nacional que reconheça as especificidades desse público contribui para sua marginalização no ambiente universitário. Peres, Cerqueira-Adão e Fleck (2022) reforçam que, apesar de algumas universidades adotarem editais específicos, como os vinculados à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, a maioria das ações permanece desarticulada. Refugiados e imigrantes haitianos enfrentam barreiras linguísticas, culturais e econômicas que dificultam sua integração e permanência.

Os impactos dessa ausência de políticas estruturadas vão além da sala de aula. Segundo Zembruski, Santos e Nihei (2021), estudantes migrantes enfrentam dificuldades que afetam diretamente sua saúde mental, segurança alimentar e integração social. A discriminação cultural, o preconceito linguístico e o isolamento social reduzem significativamente suas chances de sucesso acadêmico. Mesmo quando há editais específicos para refugiados, as práticas institucionais ainda reproduzem lógicas de tolerância condicionada, marcadas por racismo, xenofobia e ausência de hospitalidade incondicional





(Rollo *et al.*, 2023). Esse cenário é agravado pela carência de formação intercultural de servidores e pela ausência de mecanismos institucionais de escuta e participação dos migrantes.

Pesquisas recentes (Oliveira *et al.*, 2024; Rollo *et al.*, 2023) demonstram que o racismo institucional e a xenofobia ainda estão presentes nas relações universitárias, comprometendo o acolhimento e a permanência dos estudantes estrangeiros. Superar essas práticas exige políticas antidiscriminatórias e programas de formação continuada que promovam uma cultura institucional de hospitalidade, diversidade e solidariedade.

Nesse sentido, a articulação entre assistência estudantil, extensão universitária e internacionalização solidária pode constituir uma estratégia eficaz. Projetos como o PROMIGRA e o INTERMIG, desenvolvidos na UEPG, evidenciam que práticas extensionistas voltadas à valorização cultural e ao ensino de português como língua adicional fortalecem a autonomia dos migrantes e ampliam sua integração acadêmica (Costa *et al.*, 2023).

4.2 Dificuldades enfrentadas por estudantes migrantes no acesso e permanência no ensino superior: a percepção dos dirigentes

A análise dos dados obtidos junto à Diretoria de Relações Internacionais e à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), combinada à revisão bibliográfica, revela um cenário de avanços importantes, mas também de grandes desafios estruturais e institucionais no acolhimento e permanência dos estudantes migrantes no ensino superior público brasileiro.

De acordo com informações institucionais, observa-se um crescimento expressivo do número de estudantes migrantes na UFV nos últimos cinco anos, tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação, oriundos principalmente de países da América Latina e da África lusófona — com destaque para Colômbia, Haiti, Moçambique e Angola. Essa presença revela a inserção da UFV no processo de internacionalização do ensino superior,





mas também evidencia novas demandas sociais, culturais e econômicas que desafiam as políticas tradicionais de assistência estudantil.

4.2.1 Barreiras e vulnerabilidades: a distância entre o discurso e a prática

Apesar de a UFV possuir uma política de assistência estudantil consolidada, baseada no PNAES, a ausência de diretrizes específicas para estudantes migrantes faz com que esse grupo permaneça em condição de invisibilidade institucional. Essa realidade reflete o que Julião, Pereira e Ferreira (2022) identificam como o “caráter residual e emergencial” da política de assistência estudantil brasileira, marcada pela fragmentação e pela ausência de continuidade programática.

As entrevistas e documentos institucionais analisados indicam que as principais barreiras enfrentadas pelos estudantes migrantes na UFV incluem: burocracia documental para acesso a auxílios e bolsas, especialmente quanto à exigência de CPF e comprovantes de residência; dificuldade de acesso à moradia estudantil, devido a critérios de seleção baseados em renda e nacionalidade; insuficiência de ações de apoio linguístico e cultural; carência de acompanhamento psicossocial contínuo, agravada pelo isolamento social e pela discriminação; e, ausência de dados sistematizados sobre o número e perfil dos estudantes migrantes, o que impede o planejamento de políticas específicas.

Essas barreiras confirmam o que Góis e Marques (2016) e Oliveira, Rollo e Santos (2024) já haviam destacado: a universidade pública brasileira ainda reproduz práticas excludentes, enraizadas em estruturas burocráticas e em uma cultura institucional que naturaliza desigualdades. No caso da UFV, embora haja disposição política e técnica para acolher, a ausência de normativas e fluxos administrativos definidos faz com que o acolhimento dependa de iniciativas individuais de servidores e professores.

Essa dependência de ações voluntárias ou informais também foi observada em outras universidades públicas (Cardoso et al., 2021; Peres; Cerqueira-Adão; Fleck, 2022), revelando uma tendência nacional: a permanência de estudantes migrantes ainda é tratada como questão





periférica, e não como eixo estruturante da política de inclusão universitária. A fragilidade da intersetorialidade entre as áreas de assistência estudantil, relações internacionais, extensão e saúde mental contribui para a manutenção dessa lacuna.

4.2.2 Acolhimento e permanência: entre iniciativas pontuais e potencial transformador

A UFV conta com algumas experiências exitosas, como o Projeto Embaixadores da UFV, vinculado à Diretoria de Relações Internacionais, e ações de apoio linguístico realizadas por meio do Programa de Português como Língua Adicional (PLA). Essas iniciativas, no entanto, ainda não estão integradas à política institucional de assistência estudantil, o que limita sua sustentabilidade.

Os gestores entrevistados destacam que a integração entre as ações de acolhimento e o PNAES é um desafio central. Há consenso de que a política de assistência estudantil, embora essencial, não contempla a diversidade cultural e linguística presente na comunidade acadêmica. Essa constatação converge com os estudos de Azevedo e Amaral (2022), que defendem a necessidade de uma “assistência estudantil intercultural”, capaz de reconhecer a pluralidade das trajetórias estudantis e incorporar dimensões simbólicas de pertencimento.

As entrevistas realizadas com representantes da Diretoria de Relações Internacionais e da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFV foram fundamentais para aprofundar a análise das práticas institucionais voltadas ao acolhimento de estudantes migrantes. Os relatos dos gestores revelaram não apenas os avanços pontuais, como os projetos Embaixadores da UFV e o Programa de Português como Língua Adicional, mas também as fragilidades estruturais que limitam sua continuidade e alcance. As entrevistas evidenciaram uma percepção comum de que, embora exista vontade política e técnica para avançar na inclusão, a ausência de normativas específicas, fluxos administrativos claros e formação intercultural adequada para servidores ainda representa um obstáculo significativo. Além disso, os depoimentos permitiram compreender como a fragmentação entre setores institucionais e a falta de recursos dificultam a consolidação de uma política de permanência efetiva,





fortalecendo a argumentação sobre a necessidade de institucionalização de ações intersetoriais e humanizadas.

Para Abreu (2020) e Costa, Silva e Oliveira (2023), a assistência estudantil deve ser compreendida como instrumento de justiça social e de enfrentamento das desigualdades estruturais, superando o caráter assistencialista e emergencial. No caso da UFV, essa transformação requer a consolidação de um protocolo institucional de acolhimento aos estudantes migrantes, integrando serviços de moradia, alimentação, apoio linguístico e atendimento psicossocial.

Verificou-se também que a ausência de formação intercultural dos servidores, docentes e técnicos administrativos é um obstáculo relevante. Muitos profissionais desconhecem a legislação migratória (Lei nº 13.445/2017) e as especificidades culturais e documentais dos estudantes estrangeiros. Essa lacuna formativa resulta em práticas desiguais e, por vezes, discriminatórias, conforme discutem Silva e Wunsch (2024), ao afirmarem que “a hospitalidade universitária só se realiza quando há reconhecimento institucional da diferença como valor e não como exceção”.

Assim, ainda que a UFV possua iniciativas de destaque, como os projetos Embaixadores da UFV, Integra UFV e atividades de extensão voltadas à internacionalização solidária, a ausência de uma política intersetorial faz com que os impactos dessas ações sejam limitados. O desafio é transformar experiências isoladas em políticas permanentes, garantindo equidade de condições e integração efetiva dos migrantes ao ambiente acadêmico.

4.3 O papel estratégico do Serviço Social universitário

Os resultados também revelam que o Serviço Social universitário desempenha papel central no atendimento e acompanhamento dos estudantes migrantes. As assistentes sociais da PCD atuam como mediadoras de direitos, orientando os estudantes sobre benefícios, regularização documental e acesso a serviços públicos. Entretanto, a sobrecarga de demandas e o reduzido número de profissionais comprometem a continuidade das ações.





Ferreira (2022) e Valduga (2023) destacam que a atuação do assistente social nas universidades deve ir além do atendimento individual, assumindo caráter propositivo, educativo e político, voltado à formulação de estratégias de permanência. Na UFV, a prática do Serviço Social evidencia sensibilidade e compromisso ético, mas enfrenta limitações estruturais. A inexistência de um protocolo específico de atendimento a migrantes impede a padronização de procedimentos e o acompanhamento sistemático das situações de vulnerabilidade.

É necessário, portanto, que o Serviço Social seja reconhecido como ator protagonista na formulação de políticas intersetoriais, integrando-se a comissões de internacionalização e grupos de trabalho sobre diversidade. Como defendem Santos e Freire (2022), o profissional de Serviço Social, ao articular as dimensões da política social, da gestão e da educação, contribui para transformar a universidade em espaço de emancipação e de exercício da cidadania plena.

No contexto universitário, o Serviço Social universitário ocupa posição estratégica na promoção da inclusão de estudantes migrantes, articulando políticas, programas e ações intersetoriais. Por meio de ações pautadas na extensão universitária, na defesa dos direitos humanos e no acolhimento culturalmente sensível. De acordo com Costa et al. (2023), iniciativas como os projetos PROMIGRA e INTERMIG, desenvolvidos na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), ilustram como a atuação do(a) assistente social pode transcender a dimensão técnica, ao promover mediação institucional, articulação com redes de proteção social e valorização das identidades culturais, contribuindo para a autonomia e o pertencimento dos sujeitos migrantes.

Ferreira (2022) reforça que as atribuições dos assistentes sociais no ensino superior estão vinculadas à articulação de políticas públicas e ao acesso efetivo a direitos sociais, especialmente educação, assistência e acolhimento digno. A crescente presença de migrantes internacionais, como os venezuelanos, impõe desafios à rede socioassistencial universitária, demandando práticas intersetoriais e abordagens que considerem as especificidades desse grupo. O Serviço Social, nesse cenário, atua de forma estratégica ao diagnosticar necessidades





sociais, planejar ações integradas e articular a relação entre os migrantes e os serviços oferecidos pelas instituições de ensino e pelo Estado.

No plano internacional, Valduga (2023) observa que a inclusão de migrantes na proteção social, como no caso de Portugal, está diretamente ligada à atuação intersetorial das políticas públicas. Essa abordagem reforça a importância de articulações entre áreas como educação, saúde, cultura e assistência estudantil também nas universidades brasileiras, garantindo um acolhimento humanizado e integral. A experiência dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) revela o potencial transformador das parcerias entre universidades e sociedade civil na formulação de ações sustentáveis voltadas à inclusão. No Brasil, essas diretrizes encontram respaldo na Lei nº 13.684/2018 (Brasil, 2018), que dispõe sobre medidas de assistência emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

As práticas extensionistas associadas ao Serviço Social constituem instrumentos essenciais na construção de espaços educativos comprometidos com os direitos humanos e a justiça social. Costa et al. (2023) destacam que ações como o ensino de português, rodas de conversa e atendimentos psicossociais expressam o compromisso ético-político da profissão com a inclusão de populações historicamente marginalizadas. Peres, Cerqueira-Adão e Fleck (2022) acrescentam que, embora algumas universidades desenvolvam editais específicos em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, ainda existem lacunas na integração plena desses estudantes. O(a) assistente social, ao atuar em equipes multiprofissionais, colabora na superação de barreiras culturais, burocráticas e sociais, assumindo uma postura crítica, interdisciplinar e sensível às vulnerabilidades.

Ferreira e Borges (2022) ressaltam que a imigração universitária, embora represente uma oportunidade de reconfiguração de trajetórias de vida, também pode intensificar o sofrimento psíquico, especialmente diante da ausência de redes de apoio, da barreira linguística e de experiências discriminatórias. Assim, o Serviço Social deve pensar estratégias de acolhimento que vão além do aspecto técnico, reconhecendo a complexidade dos processos migratórios. A escuta qualificada e a atuação em rede são componentes centrais para assegurar





o bem-estar dos estudantes e promover sua inclusão nos espaços universitários, em consonância com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que define a educação como direito de todos e dever do Estado.

Por fim, conforme apontam Silva e Wunsch (2024) e Peres, Cerqueira-Adão e Fleck (2022), o fortalecimento da atuação do Serviço Social universitário é indispensável para a efetivação de uma política educacional inclusiva e democrática. A experiência da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista, em Roraima, frente à crise migratória venezuelana, reforça a relevância de estratégias intersetoriais contínuas que contemplem o acompanhamento psicossocial, o ensino da língua portuguesa e a valorização das identidades culturais. O engajamento ético-político dos(as) assistentes sociais, aliado à formulação de protocolos de acolhimento, formação continuada e escuta ativa, consolida a universidade como um espaço plural e democrático, comprometido com a diversidade, a justiça social e a garantia de direitos fundamentais.

4.4 Recomendações para o fortalecimento de políticas de assistência estudantil sensíveis à diversidade e à interculturalidade

O fortalecimento das políticas de assistência estudantil voltadas aos estudantes migrantes requer a superação da lógica assistencialista e fragmentada que historicamente caracteriza as ações de permanência no ensino superior público brasileiro (Julião, Pereira & Ferreira, 2022). É necessário avançar na direção de uma assistência estudantil intercultural, que reconheça as diferenças culturais, linguísticas e identitárias como dimensões constitutivas do direito à educação e da própria missão social da universidade (Azevedo & Amaral, 2022; Abreu, 2020).

A primeira recomendação diz respeito à institucionalização de políticas específicas de acolhimento e permanência de estudantes migrantes, integradas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tal institucionalização deve contemplar diretrizes normativas próprias, prevendo critérios de elegibilidade compatíveis com as condições





documentais e econômicas dos migrantes, de modo a eliminar barreiras burocráticas como a exigência de CPF e comprovante de residência em nome próprio (Cardoso et al., 2021; Peres, Cerqueira-Adão & Fleck, 2022). A adoção de protocolos padronizados de atendimento facilitaria o acesso a auxílios e promoveria maior transparência e equidade nas ações de assistência.

Além disso, recomenda-se a criação de um programa institucional permanente de acolhimento intercultural, articulando as pró-reitorias de Assuntos Comunitários, Relações Internacionais, Extensão e Saúde. Esse programa deve incluir ações de apoio linguístico (como cursos de português como língua adicional), acompanhamento psicossocial e mediação cultural, inspirando-se em experiências bem-sucedidas como o PROMIGRA e o INTERMIG da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Costa et al., 2023). O desenvolvimento de espaços de convivência intercultural, feiras culturais, oficinas e rodas de conversa favorece o sentimento de pertencimento e contribui para a construção de uma cultura institucional de hospitalidade (Viegas & Domingues, 2024).

Outra medida essencial refere-se à formação continuada e intercultural de servidores, docentes e gestores universitários, com ênfase na legislação migratória (Lei nº 13.445/2017), nos direitos humanos e na prevenção do racismo e da xenofobia. Como destacam Silva e Wunsch (2024), a hospitalidade universitária só se realiza plenamente quando a diferença é reconhecida como valor formativo e não como exceção a ser tolerada. Programas de capacitação antidiscriminatória e de educação intercultural podem reduzir práticas excludentes e consolidar uma gestão universitária mais sensível à diversidade.

O Serviço Social universitário tem papel estratégico nesse processo, devendo ser fortalecido institucionalmente e inserido nos espaços de planejamento e gestão de políticas intersetoriais. Sua atuação, conforme defendem Ferreira (2022) e Valduga (2023), deve transcender o atendimento individual e assumir um caráter propositivo, político e educativo, voltado à formulação e monitoramento de políticas de permanência. A ampliação das equipes de Serviço Social e a criação de protocolos específicos de atendimento a estudantes migrantes





são fundamentais para garantir a continuidade das ações e o acompanhamento sistemático das vulnerabilidades.

Paralelamente, recomenda-se o desenvolvimento de mecanismos de escuta ativa e participação dos estudantes migrantes nos processos decisórios universitários. A criação de comissões ou fóruns de diversidade e interculturalidade, com representação discente, pode democratizar o planejamento das ações e assegurar que as políticas reflitam as reais demandas desse público. Como afirmam Santos e Freire (2022), a participação social é condição indispensável para que a universidade se configure como espaço de emancipação e exercício pleno da cidadania.

No campo das políticas públicas, é fundamental articular a assistência estudantil com as diretrizes de internacionalização solidária do ensino superior (Lima & Contel, 2011; Santos & Almeida Filho, 2021), de modo que a mobilidade acadêmica não reproduza desigualdades estruturais. A adoção de parcerias com organismos internacionais, como o ACNUR e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), e com redes interuniversitárias de acolhimento, a exemplo da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, pode potencializar a integração dos migrantes e garantir o acesso a recursos técnicos e financeiros. A cooperação entre universidades públicas, por meio de consórcios regionais, também contribuiria para a troca de boas práticas e a construção de parâmetros nacionais de atendimento.

A promoção da saúde mental e do bem-estar psicossocial deve ser tratada como eixo estruturante das políticas de assistência. O sofrimento emocional e o isolamento cultural são fatores determinantes da evasão acadêmica entre estudantes internacionais (Ferreira & Borges, 2022). A implementação de serviços psicológicos bilíngues, grupos de apoio e ações de mediação cultural pode reduzir os impactos do deslocamento migratório e fortalecer vínculos comunitários. Nesse contexto, a universidade assume papel central na construção de relações solidárias e de pertencimento, conforme argumentam Viegas e Domingues (2024), ao defenderem que a inclusão só se concretiza quando há reconhecimento das identidades e valorização das experiências culturais.





Por fim, o fortalecimento de políticas sensíveis à diversidade e à interculturalidade deve alinhar-se às metas da Agenda 2030 da ONU, especialmente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 10, que tratam, respectivamente, de educação inclusiva e de qualidade e da redução das desigualdades. Ao integrar a perspectiva intercultural em suas políticas de assistência, a universidade reafirma seu compromisso com os direitos humanos e com a construção de uma sociedade democrática e plural.

Assim, recomenda-se que a UFV e demais universidades públicas consolidem uma Política Institucional de Acolhimento e Permanência de Estudantes Migrantes, sustentada nos princípios da equidade, da diversidade e da solidariedade. Essa política deve articular assistência estudantil, extensão universitária e internacionalização solidária, com a participação ativa do Serviço Social, da comunidade acadêmica e dos próprios estudantes migrantes. Somente por meio dessa abordagem intersetorial e humanizadora será possível transformar o acolhimento em pertencimento e a inclusão em efetiva cidadania universitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar criticamente as políticas de assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras, com ênfase na permanência e inclusão dos estudantes migrantes. Partiu-se do reconhecimento de que a mobilidade humana, em suas dimensões interna e internacional, é um fenômeno que desafia o ensino superior a repensar suas práticas, valores e estruturas institucionais.

Os resultados revelam que, apesar dos avanços proporcionados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e pelas ações de internacionalização do ensino, ainda há lacunas significativas na implementação de políticas voltadas a esse público. A ausência de diretrizes nacionais específicas para estudantes migrantes, a fragmentação entre os setores institucionais e a insuficiência orçamentária comprometem a efetividade das ações de acolhimento e de permanência.





Verificou-se também que o acolhimento universitário ainda se encontra, em grande parte, restrito a iniciativas pontuais, dependentes do voluntariado ou de projetos isolados. Falta uma política institucional integrada que reconheça a migração como fator estruturante da diversidade acadêmica e como dimensão legítima das políticas de inclusão.

Além das barreiras materiais, como alimentação, moradia e transporte, os estudantes migrantes enfrentam obstáculos simbólicos, linguísticos e psicossociais, agravados pela ausência de espaços de escuta e de convivência intercultural. Essas dimensões, frequentemente negligenciadas, comprometem o pertencimento e o desempenho acadêmico, reforçando processos de exclusão velada.

Nesse cenário, o Serviço Social universitário desponta como ator estratégico. Sua atuação, pautada no projeto ético-político da profissão, permite articular ações de acolhimento, defesa de direitos e fortalecimento da autonomia dos sujeitos. O assistente social é chamado a atuar de forma interdisciplinar, promovendo o diálogo entre os setores de assistência estudantil, relações internacionais, extensão e saúde mental, e contribuindo para a formulação de práticas institucionais mais inclusivas.

A pesquisa também demonstra que as universidades públicas precisam avançar na formação intercultural de docentes, servidores e técnicos administrativos, de modo a enfrentar o racismo institucional, a xenofobia e outras formas de discriminação. Programas de capacitação continuada e de promoção da diversidade cultural são fundamentais para consolidar uma cultura universitária baseada na hospitalidade e no respeito à diferença.

Do ponto de vista propositivo, destacam-se algumas recomendações para o fortalecimento da política de assistência estudantil voltada a migrantes, como a criação de diretrizes nacionais para o atendimento e acompanhamento de estudantes migrantes nas universidades públicas; a inclusão da condição migratória como critério de vulnerabilidade social nos processos de seleção para auxílios estudantis; a ampliação do financiamento do PNAES, garantindo recursos para moradia, alimentação e saúde mental; a instituição de programas de apoio linguístico e de formação intercultural para servidores e professores; o fomento à articulação intersetorial entre assistência estudantil, relações internacionais, saúde,





cultura e extensão; a implementação de políticas antidiscriminatórias, com canais institucionais de denúncia e acompanhamento; e, a promoção da participação estudantil de migrantes em instâncias decisórias e colegiados acadêmicos.

Em síntese, o fortalecimento da assistência estudantil como política pública e a incorporação da migração como dimensão da diversidade universitária são condições indispensáveis para a consolidação de uma universidade democrática, plural e socialmente comprometida.

Este estudo, ao evidenciar as contradições e potencialidades do cenário atual, busca contribuir para a construção de práticas institucionais mais justas e humanizadas, reafirmando a educação superior pública como espaço de emancipação e cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Simone Oliveira de. **Políticas públicas de imigração em Portugal: o caso dos estudantes brasileiros no ensino superior português de 2008 a 2018**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Cátedra Sérgio Vieira de Mello: universidades promotoras da proteção e integração de pessoas refugiadas**. Brasília: ACNUR, 2023.

ARRAIS, Fernanda Rodrigues. **A democratização do acesso à educação superior: migração e permanência estudantil em tempos de desmonte das universidades públicas**. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2022. Anais [...]. Niterói: UFF, 2022.

AZEVEDO, Rômulo Sousa de; AMARAL, Cláudia Tavares do. Educação para além da matrícula: crianças migrantes, refugiadas e a Resolução nº 1/2020. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, p. 134–150, abr./jun. 2022.

BAENINGER, R. **Migrações internacionais e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Campinas: NEPO/UNICAMP. (2018).





BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 6 de fevereiro de 2020. **Estabelece diretrizes nacionais para a oferta da educação básica para estudantes em situação de migração e refúgio.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 32, 10 fev. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. **Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 22 jun. 2018.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G.** Brasília: MRE, 2024.

BRUEL, Ana Lorena; RIGONI, Isabelle; ARMAGNAGUE, Maïtena. Migrações internacionais eo direito à educação: Desafios para o enfrentamento de desigualdades pelas políticas dos sistemas de ensino. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 29, n. 66, 2021.

CARDOSO, Renata Pereira; CASTRO, Andressa Porto; FRIO, Gustavo Saraiva; FOCHEZATTO, Adelar. **Migração estudantil: uma análise do impacto da política de cotas e do Programa Universidade para Todos.** In: Rossato, Marcos; Rosa, Walter Lippold (org.). Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI. Porto Alegre: UFRGS, 2021. p. 429–437.





CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS. (2020).

COSTA, Anna Isabela Ringvelski *et al.* **Diálogos, autonomia e valorização da identidade cultural na extensão universitária a partir de projetos com migrantes e intercambistas**. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, 2023, Ponta Grossa. Anais [...]. Ponta Grossa: UEPG, 2023.

CUSTÓDIO, André Viana; CABRAL, Gladir da Silva; CABRAL, Johana. Violação ao direito à educação: inclusão escolar e demandas educacionais especializadas de crianças e adolescentes migrantes venezuelanos. **Revista Momento – Diálogos em Educação**, Ijuí, v. 32, n. 3, p. 85–109, set./dez. 2023.

DENZIN, N. K., & LINCOLN, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5ª ed. Thousand Oaks: SAGE. (2018).

DESLAURIERS, J.-P. **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológico e metodológico**. Petrópolis: Vozes. (2008).

FERREIRA, Alisson Vinícius Silva; BORGES, Lucienne Martins. Metamorfoses interculturais: o impacto da imigração na saúde mental de imigrantes universitários latino-americanos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e25665, 2022.

FERREIRA, Iris Marly Bezerra Leite. **A atenção ao migrante venezuelano na política de assistência social brasileira**. 2022. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, 2022.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed. (2009).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. (2008).

GOIS, Pedro; MARQUES, José Carlos. **A cooperação e o seu impacto nas migrações de (e para) Portugal: da estratégia política à realidade na ação**. In: SEMINÁRIO MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS, 2016, São Paulo. São Paulo: Memorial da América Latina, 2016.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez. (2008).

Revista **OWL Journal**, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





IORIO, Juliana Chatti. **A importância das redes sociais, da internet e das redes sociais online na mobilidade dos estudantes brasileiros do ensino superior para Portugal.** Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 33, n. 2, p. 299-322, jul./dez. 2018.

IORIO, Juliana Chatti; FONSECA, Maria Lucinda Cruz dos Santos. **O papel da internet na constituição de redes sociais transnacionais de sociabilidade e mobilização dos estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal.** Interin, Campo Grande, v. 22, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2017.

JULIÃO, Cassiano Roberto Ferreira; PEREIRA, Luiz Ismael; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 203–225, jan./abr. 2022.

LIMA, M. C., & CONTEL, F. B. **Internacionalização da educação superior: dimensões e políticas.** São Paulo: Alameda. (2011).

LIMA, M. C., & MARANHÃO, C. H. **Internacionalização e políticas educacionais.** Belo Horizonte: Autêntica. (2009).

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec. (2012).

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social.** São Paulo: Cortez. (2011).

OLIVEIRA, Eliany Nazaré *et al.* **Experiências de discriminação racial e racismo contra estudantes negros no Brasil.** Gestão e Desenvolvimento, Lisboa, v. 32, p. 163–189, 2024.

PERES, Luise Bittencourt; CERQUEIRA-ADÃO, Sebastião Ailton da Rosa; FLECK, Carolina Freddo. Integrar e acolher: o acesso de refugiados e imigrantes haitianos nas universidades. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e244344, 2022.





ROLLO, Rosanne Machado *et al.* Brasil, um país de todos? As faces da hostilidade em narrativas de estudantes universitários refugiados. *Plurais – Revista Multidisciplinar*, Salvador, v. 8, n. 00, e023012, 2023.

SANTOS, A. F., & ALMEIDA FILHO, N. **Educação superior e desigualdades no contexto da pandemia.** *Educação & Sociedade*, 42. (2021).

SANTOS, Silvano Messias dos; FREIRE, Rebeca Sobral. **Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB.** *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 2, p. 260–280, jul. 2022.

SAYAD, A. **A imigração: ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP. (1998).

SILVA, Francisca; WUNSCH, Luana. Acesso à educação básica para migrantes na Rede Municipal de Ensino de Boa Vista – Roraima – Brasil. **Revista de Administração de Roraima**, Boa Vista, v. 16, ed. esp., 2024.

SILVA, R. C., & CAVALCANTE, R. Assistência estudantil e permanência de estudantes em vulnerabilidade social. **Revista Katálisis**, 23(1). (2020).

VALDUGA, Tatiane Lucia. A proteção social e a imigração em Portugal: para uma inclusão dos NPT. **Serviço Social em Revista**, Maringá, v. 26, n. 1, p. 260–284, jan./jul. 2023.

VIEGAS, Elis Regina dos Santos; DOMINGUES, Alex Torres. **O direito à educação no Mercosul: ações de acolhimento de imigrantes em Dourados-MS.** *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 19, e23012, p. 1–17, 2024.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5ª ed. Porto Alegre: Bookman. (2015).

ZEMBRZUSKI, Letícia Janaina Possa; SANTOS, Clenise Maria Reis Capellani dos; NIHEI, Oscar Kenji. **Adaptação de estudantes universitários estrangeiros no Brasil: revisão de escopo.** *Pleiade*, Paraná, v. 15, n. 33, p. 20–34, jul./dez. 2021.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



Recebido em: 19/11/2025

Aprovado em: 15/12/2025

Publicado em: 08/01/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)



32/32